RESILIÊNCIA CLIMÁTICA

Anderson Kilpp

FLAVIA BURMEISTER MARTINS
FABIANA ESTER DE CAMARGO
SANDRO TRESCASTRO BERGUE
MATHEUS SOARES KUSKOSKI
ENIO GUIMARÃES PANSIERA
ANDREA MALLMANN COUTO
ANDERSON KILPP
CLAUBER BRIDI

Equipe

Resiliência Climática

Tópicos

- Referências móveis
- ODS
- Legislação
- Relatório de contas anuais

AÇÕES DO PROJETO - ESCOLA



- Plano de capacitação para ACE's;
- Parceria com universidades e contratação de consultorias;
- PRESERVA + (ERCO Ambiental): capacitação de gestores e servidores;
- Licitações sustentáveis;

AÇÕES DO PROJETO - DCF



- Auditoria Operacional sobre recursos hídricos
- Relatório de contas anuais do Governador.
- Relatório de contas anuais dos executivos municipais.
- Acompanhamento de ações de governança do executivo estadual sobre resiliência climática, em especial aquelas deliberadas pelo Comitê Científico de Resiliência Climática e as instituídas nos planos ambientais e planos de bacias.
- Painel de indicadores de resíduos sólidos.

Referências Móveis

Tendência de cada geração aceitar o estado ambiental de sua vida como normal, esquecendo o passado mais abundante. Isso leva à aceitação progressiva da degradação ambiental e subestimação do potencial ecológico histórico.



Key West, 1956 (Monroe County Public Library)



Key West, 2007 (Loren McClenachan)

Altera percepções sobre o que é um ambiente 'normal', resultando em metas de conservação mais baixas e menos ambiciosas. Incorporar dados
históricos nas
estratégias de
conservação e educar
sobre mudanças ao
longo do tempo. Isso
redefine metas com
base em condições
ecológicas passadas.

Restauração de ecossistemas a estados históricos, o que produz políticas ambientais mais eficazes e sustentáveis.

REFERÊNCIAS MÓVEIS



ODS 06

Água Potável e Saneamento



ODS 11

Cidades e Comunidades Sustentáveis



ODS 13

Ação Contra a Mudança Global do Clima

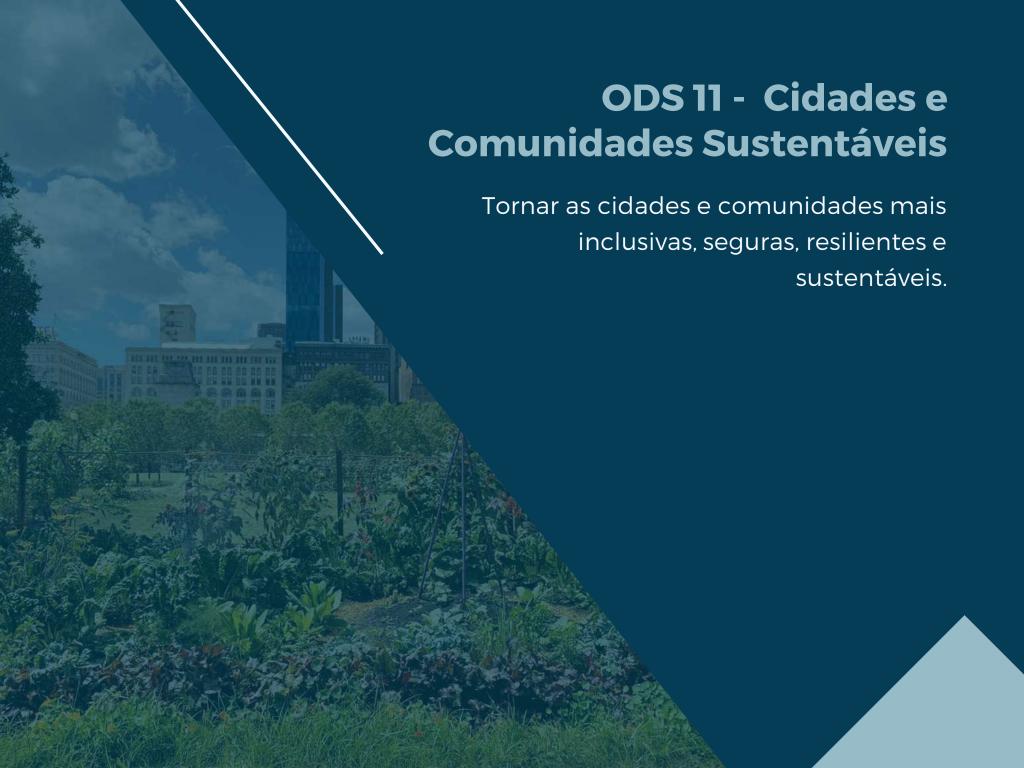


ODS 15

Vida Terrestre

ESCOPO DO TRABALHO









Relatório de **Contas Anuais**

RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E ODS

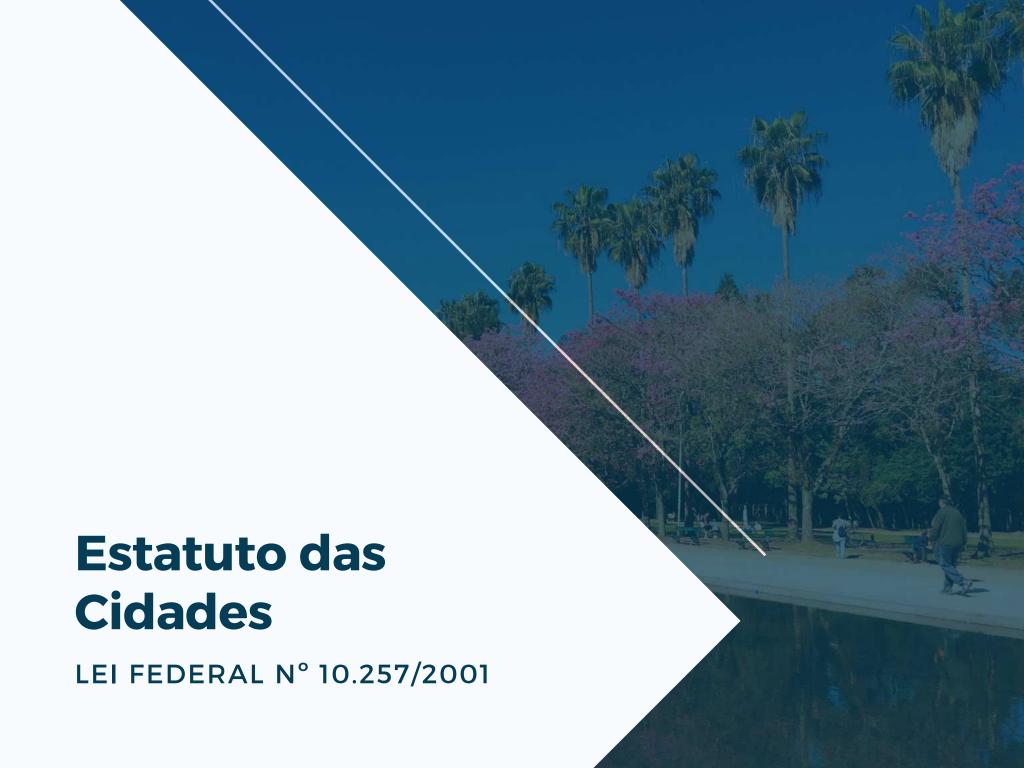
Como definir o escopo? Transdisciplinaridade e Transversalidade.

DESAFIOS

Disponibilidade de dados, questionários, participação social e curva de aprendizado.

POTENCIALIDADES

Atuação em políticas públicas; ações intertemporais; tema central para desenvolvimento de nossa sociedade.



Diretrizes para uso do solo em prol do equilíbrio ambiental.

CIDADES SUSTENTÁVEIS

Direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Participação na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. Audiências Públicas quando há potencial dano sobre o meio ambiente.

Diretrizes para uso do solo em prol do equilíbrio ambiental.

PLANEJAMENTO

Evitar e corrigir distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

ORDENAÇÃO E USO

Evitar a poluição, degradação ambiental e a exposição a riscos de desastres. Expansão compatível com os limites da sustentabilidade ambiental.

Diretrizes para uso do solo em prol do equilíbrio ambiental.

ECONOMIA

Estímulo, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, para redução de impactos ambientais e economia de recursos naturais.

PLANO DIRETOR

Parte integrante do Processo de Planejamento Municipal. Suas diretrizes e prioridades devem ser incorporadas no Plano Plurianual,

Lei do Desenvolvimento Urbano - RS

LEI N° 10.116/1994

Diretrizes

BACIAS HIDROGRÁFICAS

Observar programas e projetos de interesse comum a mais de um município.

PROTEÇÃO AMBIENTAL

Proteção, preservação e recuperação do meio ambiente e do patrimônio natural e cultural.

Diretrizes

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Adoção de mecanismos de participação popular e comunitária no processo de desenvolvimento urbano.

USO DO SOLO

De modo a evitar a possibilidade de desastres naturais.



Diretrizes

SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA E GESTÃO REGIONALIZADA

Regionalização estruturada em região metropolitana, unidade regional ou bloco de referência. Consórcios Intermunicipais para financiamento das iniciativas de implantação de medidas estruturais.

CONTROLE SOCIAL

Informações, representações técnicas e participação na formulação de políticas, planejamento e avaliação dos serviços. Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico - SINISA. Agências Reguladoras Infranacionais: AGERGS e AGESAN-RS

Saneamento Básico

ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL

Atividades e disponibilização e manutenção de infraestrutura e instalações operacionais. Desde a captação até as ligações prediais.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Atividades e disponibilização e manutenção de infraestrutura e instalações operacionais. Coleta, transporte, tratamento e disposição final.

Saneamento Básico

LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares e de limpeza urbana.

DRENAGEM URBANA

Drenagem de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes.

Saneamento Básico

PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO

Diagnóstico, objetivos e metas.
Programas, projetos e ações para atingir os objetivos e metas, de modo compatível com o PPA.
Compatibilidade com os planos das bacias hidrográficas e os planos diretores.

CONTATO

Serviço Regional de Santa Cruz do Sul Ramal 8606 kilpp@tce.rs.gov.br

Obrigado!